

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DO BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A. SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2024.**

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., sociedade constituída em 23 de fevereiro de 1990, com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, apresenta por meio desta carta, com o intuito de atendimento às normas do regulador, a relação de documentos elencados na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2023, divulgada pelo Banco Central.

I. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração do Resultado;
- ✓ Demonstração do Resultado Abrangente;
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- ✓ Parecer do Auditor Independente; e
- ✓ Relatório da Administração sobre os negócios e perspectivas.

Os documentos relacionados estão de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações financeiras semestrais e acompanham o disposto na Resolução BCB nº 2, de 02 de agosto de 2020, divulgado pelo Banco Central.

II. DATA-BASE

A data-base dos dados divulgados nos relatórios elencados no item anterior é de 31 de dezembro de 2024.

III. DA DIVULGAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do Banco Crédit Agricole Brasil S.A., do período base de 31 de dezembro de 2024, foram divulgadas no *site* da Companhia em 31 de março de 2025, disponível no *sítio eletrônico*: www.ca-cib.com/pt-br/brasil.

Atenciosamente,

Diretor Presidente: Jean-Christophe Gilbert

Contador Responsável: Felipe Mendes da Silva



CRÉDIT AGRICOLE
CORPORATE & INVESTMENT BANK

Toute une banque pour vous

Banco Crédito Agricole Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO 2024 E 2023
COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	20
5.1) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	21
5.2) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	22
6. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
7. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	26
7.1) APLICAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	26
7.2) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	27
7.3) OPERAÇÃO DE CRÉDITO	27
8. PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS	28
9. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	30
9.1) DEPÓSITOS	30
9.2) CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO	30
9.3) RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS	30
9.4) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	30
10. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	29
11. OUTROS ATIVOS	29
12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
13. OBRIGAÇÕES FISCAIS	32
14. OUTROS PASSIVOS	32
15. CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS	33
16. RECEITA (DESPESA) DE JUROS	34
17. RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	34
18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	34
19. DESPESAS DE PESSOAL	35
20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	35
21. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	35
22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	36
23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	36
24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	36
25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	38
26. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS CONCEDIDAS A TERCEIROS	41
27. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E CAPITAL	41
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	47

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. consolidado em IFRS, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Estrutura Acionária

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. era composto por 24.289.284.928 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Crédit Agricole Corporate and Investment Bank e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, ambos com sede na França.

Desempenho dos negócios

Os ativos totalizaram R\$ 18.709.831 (R\$ 12.558.195 em dezembro de 2023), a variação foi devido ao aumento dos montantes a receber de contratos de *SWAP* e a Termo, ambos constantes na rubrica de Instrumentos Financeiros Derivativos, e nas Operações de Crédito.

A carteira passiva atingiu R\$ 16.057.828 (R\$ 9.956.221 em dezembro de 2023) devido ao aumento nos recursos provenientes do exterior, identificados na rubrica de Obrigações por Empréstimos e Repasses.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 2.652.002 (R\$ 2.601.974 em dezembro de 2023), sendo a variação devida, basicamente, pelo lucro do exercício.

O Banco Crédit Agricole S.A. encerrou o exercício de 2024 com lucro de R\$ 165.029 (lucro de R\$ 258.076 no exercício de 2023), tendo como principais efeitos positivos o Resultado Líquido de Instrumentos Financeiros e as Receitas com Juros.

Gerenciamento de riscos

O Consolidado Crédit Agricole possui uma estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capitais em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Para maiores informações, vide a nota explicativa 26.

Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia do Banco Crédit Agricole S.A. era de 17,71% (25,74% em 31 de dezembro de 2023). Para apuração do índice, foi utilizada metodologia padronizada e bases informacionais contábeis no padrão COSIF (Plano de Contas Padrão das Instituições Reguladas pelo Banco Central), ambas gerenciadas e divulgadas publicamente pela autarquia responsável pelas Instituições Financeiras no Brasil, o Banco Central do Brasil.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas, ao Comitê de auditoria e aos Diretores do
BANCO CRÉDIT AGRICOLE BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. (“BCAB”; “Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.3 e 7.3 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco utiliza metodologia, premissas e dados, incluindo previsões econômicas futuras, impactos macroeconômicos e matriz de provisão que é calculada com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

As operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram considerados como um principal assunto de auditoria devido à relevância do saldo de operações de crédito no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na atribuição de ratings que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador ou grupo econômico, e ao processo de reconhecimento de receitas de juros com operações de crédito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria englobaram o entendimento e avaliação do processo estabelecido pelo Banco em suas operações de crédito, incluindo a realização de testes de controles relacionados com: (a) originação das operações e de renegociações; (b) análise e aprovação de operações de crédito de acordo com alçadas pre-estabelecidas; (c) atribuição de níveis de rating por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (d) critério de avaliação de garantias das operações.

Adicionalmente, nossa abordagem contemplou: (a) entendimento e testes das premissas para definição do valor recuperável das operações; (b) testes, com base em amostras, dos modelos de apuração de perda esperada desenvolvidos para as principais carteiras, incluindo a classificação dos créditos nos estágios designados pelo IFRS 9; (c) teste de integridade de dados; (d) revisão das reconciliações de saldos contábeis e posições analíticas dos sistemas correspondentes; (e) revisão dos processamentos e contabilizações (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o saldo de operações de crédito e a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2. Carteira de câmbio

Por que é um PAA?

O Banco possui saldo líquido de R\$ 1.052 milhões relacionados a operações de câmbio (ativo), conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras consolidadas. As operações de câmbio são realizadas no âmbito, também, de uma atuação integrada do Banco com outras instituições ligadas ao Grupo Credit Agricole, por meio de coparticipação ou intermediação.

A Carteira de câmbio foi considerada como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos saldos patrimoniais e de resultados correspondentes e pela natureza da atuação do Grupo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle de aprovação das operações de câmbio; (b) obtenção de cartas de confirmação das operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio diretamente com os clientes do Banco e confronto dos detalhes da operação e dos montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis; (c) análise documental, em base de testes por amostras, em conjunto com o recálculo das operações; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos do Banco relativos à Carteira de Câmbio, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. Instrumentos financeiros derivativos

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.4 e 5.2 às demonstrações financeiras, o BCAB atua no mercado de derivativos com diversos produtos e tem por objetivo compensar variações de posições comerciais assumidas e para oferecer possibilidade de proteção a clientes. Essas operações são mensuradas ao valor justo com base em preços, indexadores e outros parâmetros observáveis no mercado, utilizando-se modelos internos de precificação.

Devido à relevância e à natureza dessas operações e as características de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, consideramos os instrumentos financeiros derivativos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento, avaliação e teste dos controles internos relevantes que envolvem o processo de mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (b) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas; (c) verificação da existência das operações por meio de teste de custódia; (d) verificação de documentos e contratos, em base amostral, para confirmar a integridade das informações utilizadas para apuração do valor justo; (e) análise das principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros derivativos e reperformance de cálculo, em base amostral; (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para registro e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão apresentados adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

O Banco está inserido em um ambiente de negócios altamente dependente de infraestrutura tecnológica. Possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças para seus diversos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles internos automatizados nos diversos processos relevantes.

Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e realizados pelos funcionários apropriados, para mitigar o potencial risco de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação. Além disso, os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, processamento e geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banco e, conseqüentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os processos e controles do ambiente de tecnologia para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 26 de março de 2024, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 31 de março de 2025

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:

Douglas Souza De Oliveira

C22A2918F3EF48E...
Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Balço Patrimonial Consolidado

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.518.724	3.302.349
Ativos financeiros			
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5	1.271.194	1.346.732
Instrumentos financeiros derivativos	5	1.795.284	955.547
Ativos Financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em moedas estrangeiras	7.1	371.223	-
Títulos e valores mobiliários	7.2	856.481	1.427.136
Operações de crédito	7.3	8.638.041	5.373.116
(-) Provisões para Perdas Esperadas	8	(13.584)	(24.743)
Ativos fiscais - diferido	9	159.404	102.669
Outros ativos	10	1.090.718	50.611
Imobilizado de uso		21.178	21.973
Ativo Intangível		1.168	2.805
Total do ativo		18.709.831	12.558.195

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5	1.872.628	932.209
Passivo Financeiros ao custo amortizado			
Depósitos	11	1.171.514	1.114.344
Captações no mercado aberto	11	684.685	1.414.399
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	58.213	22.718
Obrigações por empréstimos e repasses	11	11.931.848	6.101.529
Obrigações fiscais	13	175.606	199.840
Outros Passivos	14	163.334	171.182
Total do passivo		16.057.828	9.956.221
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	2.105.673	2.105.673
Reservas de Lucros	15	546.330	496.301
Total do Patrimônio Líquido		2.652.002	2.601.974
Total do passivo e Patrimônio Líquido		18.709.831	12.558.195

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com juros	16	752.038	827.025
Despesas com juros	16	(681.273)	(433.058)
Resultado líquido de juros		70.765	393.967
(Perda)/Reversão esperada com operações de crédito		(13.584)	8.008
Resultado líquido de juros após provisão para perdas		57.181	401.975
Resultado líquido com instrumentos financeiros	17	222.185	272.449
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(17.376)	(213.014)
Receitas de prestação de serviços	18	96.948	96.764
Outras receitas operacionais	22	183.789	114.605
Outras despesas operacionais	23	(86.866)	(71.677)
Total das receitas (despesas)		455.861	601.102
Despesas administrativas	20	(96.682)	(79.605)
Despesas de pessoal	19	(112.187)	(100.724)
Despesas tributárias	21	(37.007)	(38.123)
Outras despesas		1.259	(220)
Lucro operacional antes da tributação		211.244	382.430
Provisão para imposto de renda		(43.259)	(62.285)
Provisão para contribuição social		(35.560)	(50.753)
Ativo (passivo) fiscal diferido		32.604	(11.316)
Imposto de renda e contribuição social	25	(46.215)	(124.354)
Lucro Líquido do Exercício		165.029	258.076
Lucro por ação			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$			
Ações ordinárias		0,0068	0,0106
Ações preferenciais		0,2894	0,4525
Média Ponderada das ações em circulação - Básico e diluído por lote de mil ações			
Ações ordinárias		24.289.285	24.289.285
Ações preferenciais		570.332	570.332
Total do resultado abrangente líquido de impostos		165.029	258.076

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total dos controladores
			Reserva legal	Especial de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2022		2.105.673	40.979	334.996	-	2.481.648
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	258.076	258.076
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Destinação:						
Reserva legal		-	12.904	-	(12.904)	-
Reserva de lucros		-	-	107.422	(107.422)	-
Juros sobre capital próprio	15e	-	-	-	(137.750)	(137.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.105.673	53.883	442.418	-	2.601.974
Mutações do período		-	12.904	107.422	-	120.326
Saldos em 1º de janeiro de 2023		2.105.673	53.883	442.418	-	2.601.974
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	165.029	165.029
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Destinação:						
Reserva legal		-	8.250	-	(8.250)	-
Reserva de lucros		-	-	41.779	(41.779)	-
Juros sobre capital próprio	15e	-	-	-	(115.000)	(115.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.105.673	62.133	484.197	-	2.652.003
Mutações do período		-	8.250	41.779	-	50.029

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	165.029	258.076
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido		
Provisão/ (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	13.584	(8.008)
Participações nos lucros	4.128	4.921
Provisão de IR e CS	78.211	113.038
IR e CS diferido	(32.604)	11.316
Provisão contingências fiscais e trabalhistas	1.075	817
Atualização monetária de contingências	(76)	700
Reversão provisão indedutível	(682)	(17)
Marcação a mercado de TVM e derivativos	267.367	166.858
Depreciação e amortização	7.836	7.991
Baixa de bens por descarte	4.700	212
Variação monetária	(1.831)	(2.261)
Lucro ajustado do exercício	506.737	553.643
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.031.566)	256.324
(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao custo amortizado	(3.090.236)	(739.154)
(Aumento) Redução em Outros créditos	(1.096.842)	176.128
(Redução) Aumento em Passivo Financeiros ao valor justo por meio do resultado	940.419	(354.346)
(Redução) Aumento em Depósitos	57.170	548.298
(Redução) Aumento em Captações no mercado aberto	(729.714)	419.155
(Redução) Aumento em Recursos de aceites e emissão de títulos	35.495	22.718
(Redução) Aumento em Obrigações por empréstimos e repasses	5.830.319	(1.563.434)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	(74.218)	(78.911)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.334)	(45.242)
	817.493	(1.358.464)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	1.324.230	(804.821)
(Aquisição) / baixas de imobilizado de uso	(10.105)	(13.795)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	(10.105)	(13.795)
Atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio	(97.750)	(117.088)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	(97.750)	(117.088)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.216.375	(935.704)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.302.349	4.238.053
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.518.724	3.302.349
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.216.375	(935.704)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e seus fundos de investimento (“o Grupo”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da diretoria em 25 de março de 2025. O Grupo tem por objeto social operar nas carteiras comerciais, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio e atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., com sede administrativa na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 9º andar, São Paulo, Brasil, é constituído sob a forma de sociedade por ações, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank – France, com participação acionária de 82,7% em 2024 (mesmo valor em 2023) das ações ordinárias, e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking, com participação de 17,3% em 2024 (mesmo valor em 2023), ambas com sede na França.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, o Grupo apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

2.1) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- E a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Banco avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo incluem os saldos do Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo Itu"), do qual o Banco tem participação direta de 90,26% (100% em 2023), e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Auto Peças ("Fundo Mercantis Auto Peças"), do qual o Fundo Itu tem participação de 100%.

O Itu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios destina-se exclusivamente a investidores qualificados residentes ou não no Brasil e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos seus recursos em cotas FIDC que atendam à condição para investimento e à política de investimento do fundo. As aplicações realizadas no fundo não contam com a garantia da Administradora, do custodiante, do gestor, do agente de recebimento, do agente cobrador, do consultor de crédito, de suas pessoas controladoras, sociedades por estes, direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Cultinvest Asset Management Ltda.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Auto Peças destina-se exclusivamente a investidores qualificados e tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos cotistas por meio do investimento dos recursos do fundo na aquisição preponderante de direitos creditórios. As aplicações realizadas no fundo não contam com garantia da administradora, da gestora, do comitê de investimentos ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos papéis que o compõem, os quais se sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerentes a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

O Fundo Itu possui participação em outros fundos de investimentos, porém apenas o Fundo Mercantis Auto Peças consolida no Grupo. O Fundo Itu não retém os riscos e benefícios do FIDC GMAC e do FIDC SALES FINANCE, e as cotas subordinadas são suficientes para absorver a expectativa de perdas.

A carteira do Fundo Itu é constituída pelos seguintes Fundos de Investimentos:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Fundo	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor da carteira do Fundo Itu	% de participação do Fundo Itu no PL dos fundos de investimento	Valor da carteira do Fundo Itu	% de participação do Fundo Itu no PL dos fundos de investimento
BEM FI RF SIMPL TPF	65	0,01%	155	0,01%
FIDC MERCANTIS AUTO PEÇAS	166.514	100,00%	166.460	100,00%
FIDC BANCO GMAC	302.752	71,23%	302.654	74,66%
FIDC SALES	100.413	66,10%	110.469	71,92%
Total	569.744		579.738	

Para a elaboração das demonstrações consolidada em IFRS, foram eliminadas as participações de uma entidade em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre as entidades incluídas na consolidação.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo - com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa do Grupo são representados por saldos em poder de bancos e aplicações e são mensurados, frente à luz da norma IFRS 9, como custo amortizado, de acordo com o modelo de negócio adotado pelo Grupo.

O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados na nota explicativa 4.

2.3. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio para gestão desses ativos financeiros, conforme a intenção da Administração.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

d) Passivo financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o passivo é baixado, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

e) Passivo financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo são demonstrados pelo valor justo no balanço patrimonial, sendo suas variações reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento do ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhante) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de contrato de repasse e se:
 - (i) Transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - (ii) Não transferiu ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- (iii) Não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixas de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Desreconhecimento do passivo financeiro

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferente, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios, conforme abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Grupo reconhece uma provisão baseada em perdas esperadas dentro de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- Estágio 2: quando um instrumento financeiro demonstra um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o Grupo registra uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida desde instrumento. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- Estágio 3: são instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Grupo registra uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida dos instrumentos financeiros.

Neste processo, são utilizados os seguintes critérios:

- *Probability of Default (PD)*: Probabilidade da operação entrar em situação de perda em um determinado horizonte de tempo;
- *Exposure at Default (EAD)*: A exposição da Instituição Financeira no momento da perda;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- *Loss Given Default* (LGD): O percentual desta exposição que não será recuperado em caso de ocorrência de perda.

Estes critérios serão aplicados em cada um dos estágios levando-se em consideração que, para o Estágio 1, a perda considera um horizonte de 12 meses. Para os Estágios 2 e 3, a perda deverá considerar o prazo médio contratual de cada produto.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação individual da perda por redução ao valor recuperável, o Grupo considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamento, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características do ativo, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e nível de liquidez das garantias e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

2.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de fluxo de caixa e mercado.

2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em contrapartida do reconhecimento em conta redutora do ativo.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente.

Em 31 de dezembro 2024 e 2023 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

2.6. Mensuração do valor justo

O grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível ao Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação.

Em cada data de reporte, o Grupo analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo.

As metodologias usadas para determinação dos valores justos de instrumentos financeiros são resumidas na nota 6.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

2.7. Tributos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 20%. O crédito tributário e imposto diferido, referente a 31 de dezembro de 2024, foi constituído em 20% do montante a realizar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixada na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.8. Imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo e, mensalmente, ajustados pelas respectivas depreciações/amortizações. O cálculo da depreciação do ativo imobilizado é realizado pelo método linear às taxas de: 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados; e 10% a.a. para demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

Os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

O imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

2.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem consideradas como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

2.10. Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas ordinários, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais em ações ordinárias.

2.11. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações do Grupo, é contabilizado em base *pro rata* pelo período de carência (*vesting*) e liquidados em caixa. Tal benefício é parte integrante da política de bônus diferido da matriz, com aplicabilidade global, e com data de vigência indeterminada, cujos valores constam no resultado na rubrica de “Proventos” em “Despesas de pessoal” (vide nota 19).

2.12. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora.

As obrigações em moeda estrangeiras estão atualizadas às spot de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Grupo Crédit Agricole Brasil estão relacionadas com os seguintes tópicos:

Tópico	Notas
Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	2.9 e 24
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.7 e 25
Provisão para perda esperada	8
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo	2.6 e 6

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	3	39
Disponibilidades em moeda estrangeira	12.685	4.094
Depósito remunerado BACEN - moeda nacional	256.038	-
Operações comprometidas	4.249.998	3.298.216
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.249.999	1.297.782
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.999.999	2.000.434
Total	4.518.724	3.302.349

5. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A composição da rubrica de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado está demonstrada a seguir:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários	1.271.194	1.346.732
Instrumentos financeiros derivativos	1.795.284	955.547
Total	3.066.478	2.302.279

Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros derivativos	1.872.628	932.209
Total	1.872.628	932.209

A segregação hierárquica do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 6.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

5.1) Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	31/12/2024		
	Notional	Valor justo	MTM
Carteira própria	535.198	639.580	104.382
Letras do Tesouro Nacional – LTN	215.252	213.583	(1.669)
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	297.207	403.230	106.023
Cotas de Fundo DI	22.739	22.767	28
Vinculados a prestação de garantias	641.177	631.614	(9.563)
Titulos mantidos até o vencimento	641.177	631.614	(9.563)
Letras do Tesouro Nacional – LTN	641.177	631.614	(9.563)
Total	1.176.375	1.271.194	94.819

	31/12/2023		
	Notional	Valor justo	MTM
Carteira própria	997.433	1.080.223	82.790
Letras do Tesouro Nacional – LTN	626.163	626.223	60
Cotas de Fundos FIDC – Cotas Senior (i)	330.642	413.278	82.636
Cotas de Fundo DI	40.628	40.722	94
Vinculados a prestação de garantias	266.023	266.509	486
Titulos mantidos até o vencimento	266.023	266.509	486
Letras do Tesouro Nacional – LTN	266.023	266.509	486
Total	1.263.456	1.346.732	83.276

(i) Referem-se às cotas de fundos FIDC não consolidados investidos pelo Fundo Itu.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são contabilizadas de acordo com a intenção do Grupo na aquisição do título.

b) Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento (i)	425.997	454.000
Até 3 meses	-	529.764
De 3 a 12 meses	385.604	362.968
De 1 a 3 anos	459.593	-
Total	1.271.194	1.346.732

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimento FIDC.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Composição por emissor

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de Renda Fixa		
Títulos Públicos	845.197	892.732
Letras do Tesouro Nacional (i)	845.197	892.732
Títulos Privados	425.997	454.000
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC (ii)	403.230	413.278
Cotas de Fundo DI	22.767	40.722
Total	1.271.194	1.346.732

(i) Títulos custodiados na Selic.

(ii) Títulos custodiados na B3.

5.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de *hedge*, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio da política de utilização de *hedge*, alinhada aos limites de exposição a riscos do Grupo Crédit Agricole, sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, o que poderia comprometer os limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, aplicando os requerimentos da IFRS 9. Conforme esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumentos de *hedge* para fins contábeis, e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer ganhos ou perdas de valor justo será diferente.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: *swaps*, termos e futuros. As operações realizadas no Brasil são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge accounting*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estavam assim distribuídas:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Notional	Valor justo	MTM	Notional	Valor justo	MTM
SWAP						
Posição Ativa	114.452	86	(114.366)	(5.945)	516.460	522.405
Posição Passiva	(672.490)	(923.828)	(251.338)	(87.468)	(494.098)	(406.630)
Termo de moeda - NDF						
Posição Ativa	1.687.851	1.758.829	70.978	420.981	417.000	(3.981)
Posição Passiva	(871.419)	(930.664)	(59.245)	(427.173)	(422.167)	5.006
Mercado de opções						
Posição Ativa	2.764	7.206	4.442	3.925	865	(3.060)
Posição Passiva	(3.980)	(4.406)	(426)	(1.438)	(595)	843
Futuros						
Posição Ativa	29.163	29.163	-	21.222	21.222	-
Posição Passiva	(13.730)	(13.730)	-	(15.349)	(15.349)	-
Total						
Posição Ativa	1.834.230	1.795.284	(38.946)	440.183	955.547	515.364
Posição Passiva	(1.561.619)	(1.872.628)	(311.009)	(531.428)	(932.209)	(400.781)

a) Swap, Termo e Opções

As operações com Swap, Termo e Opções em aberto, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estavam assim distribuídas:

	31/12/2024				
	Valor nominal	Custo		Valor justo	
		a receber	a pagar	a receber	a pagar
Contratos de swap					
CDI vs EURIBOR 6M	395.022	-	(71.325)	-	(66.522)
CDI vs EURO	679.807	(1.042)	(62.573)	4.430	(60.503)
CDI vs USD	2.626.897	-	(302.785)	-	(288.467)
CDI vs PRÉ	40.579	(60)	-	675	-
EURIBOR 6M vs USD	380.480	-	(21.703)	-	(25.114)
EURO vs USD	465.208	-	(28.135)	-	(28.045)
PRÉ vs CDI	6.643.850	116	316	72	(212.625)
PRÉ vs EURO	98.560	-	(3.357)	-	(7.081)
PRÉ vs USD	717.833	-	(163.468)	-	(165.512)
USD vs CDI	442.349	92.104	-	88.240	-
USD vs SOFR	8.034.363	(181)	(19.786)	88.978	(150.400)
SOFR vs USD	8.598.881	23.515	326	(182.309)	80.441
Total contratos de swap	29.123.829	114.452	(672.490)	86	(923.828)
Contratos a termo					
Compra a termo de moeda - NDF	17.492.978	1.688.048	947	1.757.965	(345)
Venda a termo de moeda - NDF	11.455.992	(197)	(872.366)	864	(930.319)
Total de contratos a termo	28.948.970	1.687.851	(871.419)	1.758.829	(930.664)
Contratos de opção					
Compra de opção de venda – USD	53.000	740	-	-	-
Venda de opção de compra – USD	58.000	-	(1.956)	-	(4.245)
Compra de opção de compra - flexíveis	192.672	2.024	-	7.206	-
Venda de opção de venda - flexíveis	163.675	-	(2.024)	-	(161)
Total contratos de opção	467.347	2.764	(3.980)	7.206	(4.406)
Total	58.540.146	1.805.068	(1.547.889)	1.766.121	(1.858.898)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Contratos de swap	31/12/2023				
	Valor nominal	Custo		Valor justo	
		a receber	a pagar	a receber	a pagar
CDI vs EURIBOR 6M	671.645	11.489	-	13.907	-
CDI vs EURO	1.060.178	84.854	-	101.213	-
CDI vs USD	3.169.037	192.443	1.424	179.954	(215)
EURIBOR 6M vs USD	646.174	3.840	-	18.259	-
EURO vs USD	780.938	5.326	(23.328)	5.298	(23.057)
LIBUSD 3M vs USD	-	-	-	(390.404)	-
PRÉ vs CDI	2.659.800	(3.847)	(12.726)	46.409	(5.185)
PRÉ vs EURO	482.238	(1.192)	-	417	-
PRÉ vs USD	616.493	38.558	-	39.923	-
USD vs CDI	260.000	-	(16.961)	-	(16.418)
USD vs SOFR	9.462.049	(596)	(36.730)	179.148	(274.094)
SOFR vs USD	10.592.523	43.396	709	322.336	(175.129)
Total contratos de swap	30.401.075	394.271	(87.612)	516.460	(494.098)
Contratos a termo					
Compra a termo de moeda - NDF	14.094.267	525	(423.199)	6.673	(416.742)
Venda a termo de moeda - NDF	9.221.823	420.649	(3.902)	410.327	(5.425)
Total de contratos a termo	23.316.090	421.174	(427.101)	417.000	(422.167)
Contratos de opção					
Compra de opção de compra – USD	26.000	388	-	-	-
Compra de opção de venda – USD	142.500	2.100	-	667	-
Compra de opção de compra - flexíveis	85.000	1.439	-	198	-
Venda de opção de venda - flexíveis	85.000	-	(1.439)	-	(595)
Total contratos de opção	338.500	3.927	(1.439)	865	(595)
Total	54.055.665	819.372	(516.152)	934.325	(916.860)

b) Futuros

Contratos de futuros (i)	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Ajuste diário - posição comprada	15.657.227	(13.730)	13.877.066	(15.349)
DI1	10.408.024	(652)	8.849.625	(509)
USD	508.460	(891)	2.087.811	(786)
DDI	4.740.743	(12.187)	2.939.630	(14.054)
Ajuste diário - posição vendida	12.646.114	29.163	8.006.133	21.222
DI1	5.282.632	8.204	3.834.894	1.953
USD	68.115	121	573.329	6.273
DDI	7.295.367	20.838	3.597.910	12.996
Total	28.303.341	15.433	21.883.199	5.873

(i) As operações são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

6. Valor justo dos instrumentos financeiros

A determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Títulos e valores mobiliários: os valores justo dos títulos públicos são apurados segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). As cotas dos fundos de investimentos foram registradas com base na cotação informada pelos administradores
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão, também é considerado a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).
- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas, ou utilizando critérios idênticos ao acima descrito para swaps.

A hierarquia de precificação dos ativos e passivos ao valor justo está demonstrado a seguir, conforme metodologia de precificação adotada pelo Grupo descrita na nota explicativa 2.6:

	31/12/2024				
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	5.1	845.197	425.997	-	1.271.194
SWAP	5.2a)	-	86	-	86
Termo de moeda	5.2a)	-	1.758.829	-	1.758.829
Mercado de opções	5.2a)	-	7.206	-	7.206
Futuros	5.2b)	-	29.163	-	29.163
Total		845.197	2.221.281	-	3.066.478
Passivos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
SWAP	5.2a)	-	(923.828)	-	(923.828)
Termo de moeda	5.2a)	-	(930.664)	-	(930.664)
Mercado de opções	5.2a)	(4.245)	(161)	-	(4.406)
Futuros	5.2b)	-	(13.730)	-	(13.730)
Total		(4.245)	(1.868.383)	-	(1.872.628)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2023				
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	5.1	892.732	454.000	-	1.346.732
SWAP	5.2a)	-	516.460	-	516.460
Termo de moeda	5.2a)	-	417.000	-	417.000
Mercado de opções	5.2a)	667	198	-	865
Futuros	5.2b)	-	21.222	-	21.222
Total		893.399	1.408.880	-	2.302.279
Passivos Financeiros ao valor justo por meio do resultado					
SWAP	5.2a)	-	(494.098)	-	(494.098)
Termo de moeda	5.2a)	-	(422.167)	-	(422.167)
Mercado de opções	5.2a)	-	(595)	-	(595)
Futuros	5.2b)	-	(15.349)	-	(15.349)
Total		-	(932.209)	-	(932.209)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia valores classificados como Nível 3.

7. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros registrados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim distribuídas:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em moedas estrangeiras	371.223	-
Títulos e valores mobiliários	856.481	1.427.136
Operações de crédito	8.638.041	5.373.116
Total	9.865.745	6.800.252

A provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado está apresentada na nota 8.

7.1) Aplicações em moeda estrangeira

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em moedas estrangeiras	371.223	-
Total	371.223	-

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado com aplicações em moeda estrangeira foi R\$ 1.392 (R\$ 1.797 em 2023) (nota 16).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

7.2) Títulos e valores mobiliários

As operações de Títulos e valores mobiliários dos ativos financeiros ao custo amortizado são instrumentos financeiros, cujo objetivo do Grupo é mantê-los até o vencimento para recebimento de fluxos de caixa contratuais compostos do valor principal e juros.

a) Composição por classificação

	2024		2023	
	Notional	Valor atualizado	Notional	Valor atualizado
Carteira própria	170.354	171.056	20.600	17.478
Debêntures	170.354	171.056	20.600	17.478
Vinculados a prestação de garantias	684.394	685.425	1.412.561	1.409.658
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	222.857	223.088	266.147	260.360
Debêntures	461.537	462.337	1.146.414	1.149.298
Total	854.748	856.481	1.433.161	1.427.136

b) Composição por prazo de vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	-	395.327
De 3 a 12 meses	102.502	293.581
De 1 a 3 anos	753.979	319.207
Acima de 3 anos	-	419.021
Total	856.481	1.427.136

7.3) Operação de Crédito

As operações de crédito mensurados ao custo amortizado por estágios de classificação está demonstrada a seguir:

	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	181.798	-	-	181.798
Financiamentos à exportação	1.233.277	-	-	1.233.277
Cessão de créditos adquiridos	1.386.420	-	2.602	1.389.022
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio	98.052	-	-	98.052
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	5.563.911	-	-	5.563.911
Outros títulos e créditos a receber	171.981	-	-	171.981
Total	8.635.439	-	2.602	8.638.041

	2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	206.024	-	-	206.024
Financiamentos à exportação	306.245	-	-	306.245
Financiamentos	-	-	24.743	24.743
Cessão de créditos adquiridos	1.124.723	-	-	1.124.723
Rendas a receber s/ adiantamentos de contratos de câmbio	99.737	-	-	99.737
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	3.446.798	-	-	3.446.798
Outros títulos e créditos a receber	164.846	-	-	164.846
Total	5.348.373	-	24.743	5.373.116

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

8. Provisão para perdas de crédito esperadas

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de “Provisões para Perdas Esperadas”.

As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágio e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

a) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação:

	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Operações de crédito				
Empréstimos	(389)	-	-	(389)
Financiamentos	(1.156)	-	-	(1.156)
Cessão de créditos adquiridos	(1.739)	-	(1.301)	(3.040)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(5.199)	-	-	(5.199)
Títulos e valores mobiliários				
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	(383)	-	-	(383)
Debêntures	(964)	-	-	(964)
Operações Off-Balance				
Garantias Financeiras Prestadas	(2.411)	-	-	(2.411)
Limite contratado e não utilizado	(42)	-	-	(42)
Total	(12.283)	-	(1.301)	(13.584)

	2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Operações de crédito				
Financiamentos	-	-	(24.743)	(24.743)
Total	-	-	(24.743)	(24.743)

b) Movimento do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação:

	31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	(24.743)	(24.743)
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(12.283)	-	(1.301)	(13.584)
Baixas	-	-	24.743	24.743
Total dos movimentos com impacto no resultado	(12.283)	-	(1.301)	(13.584)

	31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	(32.751)	(32.751)
Constituição	-	-	-	-
Estorno de provisão de contratos liquidados	-	-	8.008	8.008
Total dos movimentos com impacto no resultado	-	-	(24.743)	(24.743)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

9. Ativos fiscais diferidos

Realizável a longo prazo	31/12/2024	31/12/2023
Créditos tributários (Nota 25b)	159.404	102.669
Total	159.404	102.669

10. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Correspondentes no país	302	314
Operações de câmbio (iii)	1.051.800	-
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	33	150
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.380	1.888
Adiantamentos e antecipações salariais	2.342	2.237
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 12)	1.620	3.120
Despesas antecipadas	5.532	7.569
Investimentos	207	207
Outros ativos	599	8.843
Total	1.063.815	24.328

	31/12/2024	31/12/2023
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais(i)	24.871	23.297
Devedores por depósito em garantia	2.032	2.986
Total	26.903	26.283

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Grupo (nota 24), que se referem a contestações de base tributária Federal e Municipal (SAT, ISS) e créditos tributários não acatados pela Receita Federal (PIS, COFINS, IOF) conforme abaixo:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Fiscal	Trabalhista	Total	Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo inicial do exercício	16.333	6.964	23.297	17.139	5.998	23.137
Constituições	520	1.622	2.142	1.562	443	2.005
Reversões/realizações	(2.211)	-	(2.211)	(3.757)	-	(3.757)
Atualizações	1.225	419	1.644	1.389	523	1.912
Saldo final do exercício	15.866	9.005	24.871	16.333	6.964	23.297

(ii) Composto substancialmente por antecipações de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) a serem compensados.

(iii) O saldo da Carteira de câmbio é representado pela diferença entre o saldo da posição ativa e da passiva, cuja demonstração será refletida na rubrica "Outros ativos", se houver montante a receber, ou "Outros Passivos" (nota explicativa 14), caso haja valor a ser pago.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

11. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim distribuídas:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos	1.171.514	1.114.344
Captações no mercado aberto	684.685	1.414.399
Recursos de aceites e emissão de títulos	58.213	22.718
Obrigações por empréstimos e repasses	11.931.848	6.101.529
Total	13.846.260	8.652.990

11.1) Depósitos

	À vista		A prazo		Interfinanceiros	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento	1.425	381	-	-	-	-
Até 3 meses	-	-	108.670	-	202.352	442.459
De 3 a 12 meses	-	-	859.067	616.469	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	-	55.035	-	-
Total	1.425	381	967.737	671.504	202.352	442.459

11.2) Captação no mercado aberto

	Carteira própria	
	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	684.685	1.414.399
Total	684.685	1.414.399

11.3) Recursos de aceite e emissão de títulos

	Letras Financeiras	
	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	25.398	-
De 1 a 3 anos	32.815	22.718
Total	58.213	22.718

11.4) Obrigações por empréstimos e repasses

	Empréstimos no exterior		Obrigações por repasse do exterior	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	4.380.093	2.412.496	637.263	-
De 3 a 12 meses	4.714.209	2.330.084	591.844	251
De 1 a 3 anos	1.608.439	1.188.927	-	169.771
Total	10.702.741	5.931.507	1.229.107	170.022

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados com Crédito Agricole CIB - New York (nota 12a), para aplicação em financiamento à exportação no montante de R\$ 9.706.946 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.331.759 em 31 de dezembro de 2023) e com

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

empréstimos em moeda estrangeira no montante de R\$ 867.487 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.512.222 em 31 de dezembro de 2023), incorrendo em variação cambial, de juros e imposto de renda, cujo efeito em 31 de dezembro de 2024 sobre os passivos foi um acréscimo de R\$ 128.308 (decréscimo de R\$ 87.526 em 2023).

O resultado negativo com obrigações por empréstimos no exterior em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 425.887 (R\$ 218.704 em 31 de dezembro de 2023) (nota 16).

Os recursos captados com Crédit Agricole CIB - New York (nota 12a) para repasse a mutuários são representados no montante de R\$ 1.206.386 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 169.771 em 31 de dezembro de 2023), incorrendo em variação cambial, acrescidas de juros de R\$ 22.721 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 251 em 31 de dezembro de 2023).

A despesa com obrigações por repasse no exterior em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 36.160 (R\$ 18.854 em 31 de dezembro de 2023) (nota 16).

12. Transações com partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

	2024		2023	
	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) (*)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas) (*)
Caixa e equivalentes de caixa	6.811	-	1.705	-
Crédit Agricole CIB - Paris	6.811	-	1.705	-
Aplicações em moeda estrangeira	371.223	6.409	-	(11.869)
Crédit Agricole CIB - New York	371.223	6.409	-	(11.869)
Valores a receber sociedades ligadas (Notas 11, 18)	1.620	14.421	3.120	16.967
Crédit Agricole CIB - New York	22	5.379	42	6.321
Crédit Agricole CIB - Paris	671	6.387	2.710	9.514
Crédit Agricole CIB - Tokyo	-	21	-	61
Crédit Agricole CIB - London	-	-	-	285
Crédit Agricole CIB - Hong Kong	-	-	-	133
CA Indosuez - Paris	-	70	-	285
CA Indosuez - Suisse	927	2.564	368	368
Instrumentos financeiros derivativos	98.466	-	203.472	-
Fundo A de Investimento Multimercado	98.466	-	203.472	-
Valores a pagar sociedades ligadas (Notas 14, 20)	(12.018)	(33.522)	(616)	(24.070)
Crédit Agricole CIB - Paris **	(11.861)	(30.670)	-	(21.519)
Crédit Agricole CIB - Singapura	(157)	(723)	-	(977)
Crédit Agricole CIB - London	-	(2.129)	(616)	(1.574)
Empréstimos no exterior (Nota 11)	11.931.848	(2.658.783)	6.101.529	297.177
Crédit Agricole CIB - New York	11.931.848	(2.658.783)	6.101.529	297.177
Operações de câmbio	(110.005)	(90.043)	83.231	(130.871)
Crédit Agricole CIB - London	(664)	(90.043)	6.560	(130.871)
Crédit Agricole CIB - Paris	(109.341)		76.671	

(*) O resultado das operações realizadas em moeda estrangeira inclui a variação cambial do período.

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado, considerando a redução de risco nelas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 22.830 (R\$ 20.847 em 31 de dezembro de 2023), a qual é considerada benefício de curto prazo.

13. Obrigações fiscais

a) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Impostos e Contribuições a recolher	6.963	8.719
Impostos e contribuições sobre os lucros	38.501	85.109
Total	45.464	93.828

b) Obrigações fiscais diferidas

	31/12/2024	31/12/2023
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições diferidos (Nota 25b)	130.143	106.012
Total	130.143	106.012

14. Outros passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Programa para participação dos resultados (i)	4.261	4.142
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 12)	12.018	616
Operações de câmbio (iii)	-	54.872
Despesa com pessoal	35.550	31.681
Rebates a pagar	1.900	4.177
Receita diferida	364	1.816
Outros valores a pagar	2.857	2.407
Desconto de prêmios por cedente	28.033	39.002
Obrigações Direito de uso	8.838	10.837
Participações de terceiros não controladores	55.491	-
Outros passivos	1.992	8.829
Total	151.304	158.379

	31/12/2024	31/12/2023
Exigível a longo prazo		
Outros passivos contingentes	12.030	12.803
Total	12.030	12.803

(i) Esperado de acordo com a convenção coletiva da categoria;

(ii) O saldo da Carteira de câmbio é representado pela diferença entre o saldo da posição ativa e da passiva, cuja demonstração será refletida na rubrica "Outros ativos" (nota explicativa 11), se houver montante a receber, ou "Outros Passivos", caso haja valor a ser pago.

(iii) O desconto de prêmio por cedente é calculado diariamente pela Administradora, e corresponde ao excedente da rentabilidade do Fundo após a apropriação do benchmark (100% do CDI + Spread) as cotas da primeira emissão, e após a apropriação das despesas administrativas do Fundo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

15. Capital social e dividendos

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.105.673 (mesmo valor em 2023) e está representado por 24.859.617.114 (mesmo valor em 2023) ações, sendo 24.289.284.928 (mesmo valor em 2023) ações ordinárias e 570.332.186 (mesmo valor em 2023) ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas no exterior.

b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 8.251 (R\$ 12.904 em 31 de dezembro de 2023), totalizando em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 62.134 (R\$ 53.883 em 31 de dezembro de 2023).

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado, mediante decisão em assembleia geral, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou 50% do lucro disponível, o que for menor, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê, mediante assembleia geral, a possibilidade de uma distribuição menor ou a retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais. A distribuição pelo Banco ocorre, quando aplicável, anualmente.

d) Juros sobre capital próprio

	31/12/2024			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	115.000	0,46260	16/12/2024	19/12/2024
Total aos acionistas	115.000	0,46260		

	31/12/2023			
	Valor	Valor por lote padrão	Aprovação	Data do pagamento
Juros sobre o capital próprio	137.750	0,55411	21/12/2023	27/12/2023
Total aos acionistas	137.750	0,55411		

e) Reserva especial de lucros

Destinada a futuro aumento do capital social e constituída do resultado do período após a destinação da reserva legal e dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando distribuídos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

16. Receita (despesa) de juros

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com juros	752.038	827.025
Aplicações no mercado aberto	530.401	540.500
Debêntures	112.418	157.183
Operações de crédito	76.042	66.194
Certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA	31.785	61.351
Aplicação em moeda estrangeira (nota 7.1)	1.392	1.797
Despesas com juros	(681.273)	(433.058)
Despesas de operações compromissadas	(103.059)	(151.408)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (nota 11.4)	(462.047)	(237.558)
Depósitos	(109.643)	(40.993)
Despesas de letras financeiras	(5.495)	(2.718)
Contribuição ordinária	(1.029)	(381)
Total	70.765	393.967

17. Resultado líquido com instrumentos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros derivativos	126.794	103.440
Futuro	128.194	(15.653)
Swap	(1.161.680)	807.720
Termo	1.158.094	(678.670)
Opções	2.186	(9.957)
Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	95.391	169.009
Letras do Tesouro Nacional - LTN	45.274	99.677
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC	50.117	69.332
Total	222.185	272.449

18. Receitas de prestação de serviços

	31/12/2024	31/12/2023
Comissão Adiantamentos de Contratos de Câmbio	40.475	12.557
Rendas de garantias prestadas	25.572	13.058
Prestação de serviços - ligadas (nota 12a)	13.130	16.539
Comissão de estruturação - ACC	7.220	-
Comissão de estruturação - Project Finance	6.671	23.144
Comissão de estruturação - FIDC	1.434	1.674
Comissão Up Front	168	-
Comissão de compromisso	292	1.034
Manutenção de contas correntes	47	25
Assessoria Financeira	1.939	26.730
Serviços com transição DTVM	-	1.352
Comissão de distribuição	-	503
Comissão colocação de títulos	-	148
Total	96.948	96.764

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

19. Despesas de pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	(46.537)	(41.045)
Encargos	(31.910)	(28.830)
Honorários	(15.888)	(14.021)
Benefícios	(13.219)	(11.613)
Participações dos empregados nos lucros	(4.128)	(4.921)
Outras	(505)	(294)
Total	(112.187)	(100.724)

20. Outras despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Prestação de serviços - ligadas (nota 12a)	(32.231)	(23.642)
Processamento de dados	(19.285)	(17.305)
Serviços do sistema financeiro	(13.747)	(12.260)
Serviços técnicos	(11.090)	(10.037)
Depreciação e amortização	(5.059)	(4.799)
Outras despesas administrativas	(4.055)	(2.637)
Aluguéis	(3.933)	(3.416)
Taxa de administração de fundos	(1.970)	(809)
Contribuições filantrópicas	(1.822)	(1.616)
Viagens	(1.696)	(1.308)
Manutenção	(608)	(879)
Transportes	(378)	(159)
Seguros	(261)	(311)
Comunicação	(257)	(272)
Água, energia e gás	(230)	(109)
Publicações	(60)	(46)
Total	(96.682)	(79.605)

21. Despesas tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(25.553)	(28.125)
ISS	(6.455)	(4.552)
PIS	(4.152)	(4.570)
Outras despesas tributárias (i)	(847)	(876)
Total	(37.007)	(38.123)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

22. Outras receitas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de permanência de crédito	134.445	104.056
Rendas de depósito remunerado	20.043	-
Rendas de juros de antecipação de liquidação de Swap - DRRC	18.713	-
Outras rendas operacionais	4.044	4.132
Rendas de compromisso de liquidez	3.658	3.849
Variações monetárias	1.828	2.246
Reversão de provisão	611	-
Rendas de disponibilização	362	231
Recuperação de encargos e despesas	85	91
Total	183.789	114.605

23. Outras despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
DRRC - SWAP	(42.358)	(45.076)
Despesas de rebates	(40.150)	(22.842)
Outras despesas operacionais (i)	(3.152)	(2.179)
Provisão para contingências fiscais	(623)	(1.319)
Provisão para contingências trabalhistas	(377)	(197)
Variações monetárias	(201)	(59)
Juros/multas s/impostos	(5)	(5)
Total	(86.866)	(71.677)

(i) Representada substancialmente pela participação de não controladores em cotas de fundos de investimentos consolidados.

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco mantinha o montante de R\$ 12.030 (R\$ 12.803 em 31 de dezembro de 2023) (nota 14) registrado como provisão para contingência, montante este julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, sendo: R\$ 8.038 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.110 em 31 de dezembro de 2023) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do SAT - Seguro de Acidente de Trabalho sobre a folha de pagamento; R\$ 3.972 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.596 em 31 de dezembro de 2023) para contingências referentes a processos trabalhistas; R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.095 em 31 de dezembro de 2023) substancialmente referente declarações de compensações apresentadas em 2003 referente saldo negativo de IRPJ de 2002 não reconhecida pela Receita

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Federal; e R\$ 20 em 31 de dezembro de 2024 para contingências referentes a processos civis (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação das provisões para contingências no período está abaixo apresentada:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo inicial do exercício	9.205	3.596	2	12.803	8.048	3.397	2	11.447
Constituições	699	-	18	717	602	-	-	602
Reversões/realizações	(2.441)	-	-	(2.441)	(140)	-	-	(140)
Atualizações	575	376	-	951	695	199	-	894
Saldo final do exercício	8.038	3.972	20	12.030	9.205	3.596	2	12.803

As contingências passivas classificadas como perdas prováveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Riscos fiscais	8.038	8.038	9.205	9.205
Riscos trabalhistas	3.972	3.972	3.596	3.596
Riscos cível	20	20	2	2
Total	12.030	12.030	12.803	12.803

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
	Valor Reclamado	Valor Reclamado
Riscos fiscais (i)	25.437	29.689
Riscos trabalhistas (ii)	24.925	25.513
Riscos civis	86	67
Total	50.448	57.040

(i) Os passivos contingentes fiscais referem-se à contestação de base fiscal para ISS e créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal.

(ii) Os passivos trabalhistas são representados substancialmente por contestações de horas-extras, diferenças salariais e gratificações.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social exercício atual	(78.211)	(113.038)
Imposto de renda e contribuição social exercício anterior	(608)	-
Ativo/passivo fiscal diferido de imposto de renda	17.995	(6.398)
Ativo/Passivo fiscal diferido de contribuição social	14.609	(4.918)
	(46.215)	(124.354)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	215.372	387.351
Imposto de Renda - alíquotas de 15% e 10% (i)	(53.843)	(96.838)
Contribuição Social - alíquota de 20%	(43.074)	(77.470)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(96.917)	(174.308)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	51.310	49.954
Participação nos lucros	1.858	2.214
Outras adições e exclusões (iii)	49.452	47.740
Imposto de Renda e Contribuição Social dos exercícios	(45.607)	(124.354)
Imposto de Renda e Contribuição Social de exercícios anteriores	(608)	-
Total	(46.215)	(124.354)

i. Aplica-se a alíquota adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 120 no semestre;

ii. Referente a adesão ao programa Litígio Zero sobre IR e CSLL do ano de 2009 em discussão.

b) Créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. Os créditos tributários e obrigações diferidas de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2023	Constituições	Realizações	31/12/2024
Marcação a mercado TVM e derivativos	9.666	52.119	(9.666)	52.119
Participações no lucro	1.036	1.065	(1.036)	1.065
Gratificação	6.110	7.020	(6.109)	7.021
14° Salário	402	422	(402)	422
Provisão para contingências	2.630	324	-	2.954
Provisão para garantias prestadas/executadas	-	325	-	325
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.185	-	-	6.185
Outras adições e exclusões	529	3.733	(353)	3.909
Prejuízo fiscal	29.036	-	(19.451)	9.585
Ajuste de GAAP	629	4.246	(836)	4.039
Total de diferenças temporárias e prejuízo fiscal de Imposto de Renda	56.223	69.254	(37.853)	87.624
Marcação a mercado TVM e derivativos	7.733	41.695	(7.734)	41.694
Participações no lucro	828	852	(828)	852
Gratificação	4.888	5.617	(4.888)	5.617
14° Salário	321	338	(321)	338
Provisão para contingências	2.107	259	-	2.366
Provisão para garantias prestadas/executadas	-	260	-	260
Operação de Crédito baixado como prejuízo	4.948	-	-	4.948
Outras adições e exclusões	422	2.986	(283)	3.125
Prejuízo fiscal	24.698	-	(15.348)	9.350
Ajuste de GAAP	501	3.398	(669)	3.230
Total de diferenças temporárias e base negativa de Contribuição Social	46.446	55.405	(30.071)	71.780
Total	102.669	124.659	(67.924)	159.404

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2022	Constituições	Realizações	31/12/2023
Marcação a mercado TVM e derivativos	5.488	9.666	(5.488)	9.666
Participações no lucro	749	1.036	(749)	1.036
Gratificação	5.373	6.110	(5.373)	6.110
14° Salário	379	402	(379)	402
Provisão para contingências	2.343	287	-	2.630
Operação de Crédito baixado como prejuízo	8.187	-	(2.002)	6.185
Outras adições e exclusões	122	407	-	529
Prejuízo fiscal	56.437	-	(27.401)	29.036
Ajuste de GAAP	8.108	2.443	(9.922)	629
Total de diferenças temporárias e prejuízo fiscal de Imposto de Renda	87.186	20.351	(51.314)	56.223
Marcação a mercado TVM e derivativos	4.391	7.733	(4.391)	7.733
Participações no lucro	599	828	(599)	828
Gratificação	4.298	4.888	(4.298)	4.888
14° Salário	303	321	(303)	321
Provisão para contingências	1.876	231	-	2.107
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.550	-	(1.602)	4.948
Outras adições e exclusões	97	325	-	422
Prejuízo fiscal	46.419	-	(21.721)	24.698
Ajuste de GAAP	6.484	1.955	(7.938)	501
Total de diferenças temporárias e base negativa de Contribuição Social	71.017	16.281	(40.852)	46.446
Total	158.203	36.632	(92.166)	102.669

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2023	Constituições	Realizações	31/12/2024
Marcação a mercado TVM e derivativos	(58.906)	(72.302)	58.906	(72.302)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(58.906)	(72.302)	58.906	(72.302)

Marcação a mercado TVM e derivativos	(47.106)	(57.841)	47.106	(57.841)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(47.106)	(57.841)	47.106	(57.841)
Total	(106.012)	(130.143)	106.012	(130.143)

Descrição	31/12/2022	Constituições	Realizações	31/12/2023
Marcação a mercado TVM e derivativos	(83.462)	(58.906)	83.462	(58.906)
Total de obrigações diferidas de Imposto de Renda	(83.462)	(58.906)	83.462	(58.906)

Marcação a mercado TVM e derivativos	(66.769)	(47.106)	66.769	(47.106)
Total de obrigações diferidas de Contribuição Social	(66.769)	(47.106)	66.769	(47.106)
Total	(150.231)	(106.012)	150.231	(106.012)

A estimativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social está apresentada da seguinte forma:

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis até 2027 para absorver os créditos tributários diferidos registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 121.190 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 82.058 em 31 de dezembro de 2023), utilizando a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 31 de dezembro de 2024 tenham sua realização futura até o ano de 2032.

	31/12/2024								
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Imposto de Renda									
Prejuízo fiscal	6.299	3.286	-	-	-	-	-	-	9.585
Diferenças temporárias	31.547	10.948	22.570	1.020	3.804	2.058	1.123	930	74.000
Total	37.846	14.234	22.570	1.020	3.804	2.058	1.123	930	83.585
Valor presente	32.918	11.312	16.890	719	2.457	1.218	609	462	66.585
Contribuição Social									
Prejuízo fiscal	5.040	4.310	-	-	-	-	-	-	9.350
Diferenças temporárias	25.239	8.758	18.056	816	3.043	1.646	898	744	59.200
Total	30.279	13.068	18.056	816	3.043	1.646	898	744	68.550
Valor presente	26.337	10.385	13.512	575	1.965	974	487	370	54.605
Total									
Prejuízo fiscal	11.339	7.596	-	-	-	-	-	-	18.935
Diferenças temporárias	56.786	19.706	40.626	1.836	6.847	3.704	2.021	1.674	133.200
Total	68.125	27.302	40.626	1.836	6.847	3.704	2.021	1.674	152.135
Valor presente	59.255	21.697	30.402	1.294	4.422	2.192	1.096	832	121.190

	31/12/2023							
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Imposto de Renda								
Prejuízo fiscal	12.488	12.292	4.256	-	-	-	-	29.036
Diferenças temporárias	8.352	4.463	7.196	2.103	235	-	4.209	26.558
Total	20.840	16.755	11.452	2.103	235	-	4.209	55.594
Valor presente	18.763	13.867	8.650	1.438	145	-	2.108	44.971
Contribuição Social								
Prejuízo fiscal	9.991	9.833	4.874	-	-	-	-	24.698
Diferenças temporárias	6.682	3.570	5.757	1.683	188	-	3.367	21.247
Total	16.673	13.403	10.631	1.683	188	-	3.367	45.945
Valor presente	15.011	11.093	8.030	1.151	116	-	1.686	37.087
Total								
Prejuízo fiscal	22.479	22.125	9.130	-	-	-	-	53.734
Diferenças temporárias	15.034	8.033	12.953	3.786	423	-	7.576	47.805
Total	37.513	30.158	22.083	3.786	423	-	7.576	101.539
Valor presente	33.774	24.960	16.680	2.589	261	-	3.794	82.058

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

26. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros registrados e não há provisão para devedores duvidosos sobre garantias prestadas em 2024 e 2023.

27. Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole e compatível com a natureza das transações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil, entidade classificada como segmento S3, de acordo com a Resolução 4.557 do CMN, possui **Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital**, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos aos quais o Conglomerado está exposto.

Como parte dessa estrutura, a Diretoria nomeou Diretor responsável para o Gerenciamento de Riscos (*Chief Risk Officer - CRO*) e Diretor responsável para o Gerenciamento do Capital (Diretor Financeiro), bem como definiu indicadores-chave de riscos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) coerentes com o Plano Estratégico do Conglomerado e elaborou um Programa de Teste de Estresse Integrado para assegurar a adequação de capital da instituição e incorporar os resultados nas decisões estratégicas.

Foi criado um Comitê de Riscos com o objetivo de assessorar a Diretoria no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital de maneira integrada. Maiores informações a respeito do Comitê de Riscos encontram-se no **Regimento Interno do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Capital** disponível no site <https://www.ca-cib.com/our-global-markets/americas/brasil>.

A Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o Capital da instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos incluindo os resultados dos Testes de Estresse Integrados, adequando prospectivamente o Apetite por Risco e o Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

A governança corporativa está presente no Conglomerado, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas.

As políticas e estratégias para o gerenciamento integrado de riscos e capital são revisadas, no mínimo, anualmente pelos Especialistas de Riscos, em coordenação com o CRO e o COO, e aprovadas pela Diretoria.

Gerenciamento de Riscos

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de perdas resultantes da contraparte não ter capacidade para cumprir os compromissos assumidos com o Conglomerado, incluindo a liquidação de (i) empréstimos, (ii) desembolsos concedidos à terceiros para honrar avais, fianças e garantias, em nome da contraparte, (iii) obrigações em instrumentos financeiros derivativos.

Dentre os principais fatores de risco de crédito, destacam-se: situação financeira individual da contraparte ou do seu grupo econômico, com base em seu grau de endividamento e liquidez,

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa; controle acionário e administração da contraparte; setor de atividade econômica; condições macroeconômicas adversas.

A Área de Risco de Crédito tem como responsabilidade a análise (identificação, mensuração, avaliação e classificação), recomendação, controle, monitoramento e mitigação do risco de crédito associado às operações financeiras, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Conglomerado em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A gestão do risco de crédito está baseada em cinco pilares:

1. Estrutura organizacional segregada da área de Gerenciamento de Clientes e compatível com a natureza e complexidade dos produtos oferecidos aos clientes;
2. Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da Área de Risco de Crédito;
3. Modelos e sistemas próprios de mensuração e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte (“rating”), bem como ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
4. Gerenciamento contínuo do risco de crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos de performance da carteira do Conglomerado, incluindo testes de estresse;
5. Estratégia de mitigação de perdas através de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira da contraparte; análise de riscos concentração (grupos econômicos, setores econômicos, prazos, moedas, etc); e exigência de garantias se necessário.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima dos ativos financeiros registrados no balanço patrimonial por classificação interna de risco, conforme descrito na nota explicativa 2.3:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros ao custo amortizado	8.638.041	5.373.116
Baixo (1)	8.635.439	5.348.373
Médio (2)	-	-
Alto (3)	2.602	24.743
Operações Off-Balance (i)	1.832.492	1.561.774
Baixo (1)	1.832.492	1.561.774
Total	10.470.533	6.934.890

- (i) Limites contratados e não utilizados
 (1) Operações classificadas no estágio 1
 (2) Operações classificadas no estágio 2
 (3) Operações classificadas no estágio 3

Abaixo estão os ativos com excesso ou insuficiência de garantias:

	31/12/2024			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantias	
	Valor contábil	Valor justo da Garantia	Valor contábil	Valor justo da Garantia
Grandes Empresas	2.012.189	2.283.499	660.982	639.170
Micro / Pequenas e Médias Empresas	56.183	118.375	37.531	25.500
Total	2.068.372	2.401.874	698.513	664.670

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2023			
	Ativos com Excesso de Garantia		Ativos com Insuficiência de Garantias	
	Valor contábil	Valor justo da Garantia	Valor contábil	Valor justo da Garantia
Grandes Empresas	-	-	1.756.681	1.693.050
Micro / Pequenas e Médias Empresas	41.050	98.000	60.580	44.000
Total	41.050	98.000	1.817.261	1.737.050

Do total das operações de crédito, R\$ 5.931.700 (R\$ 3.545.750 em 2023) representam empréstimos sem garantias.

- **Risco de Mercado**

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas resultante das flutuações nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado.

A Área de Risco de Mercado avalia de forma independente e monitora continuamente os riscos de mercado das diferentes linhas de negócios do Conglomerado; publica relatórios diários mostrando o consumo e eventuais excessos de utilização das mesmas com total independência em relação à Tesouraria; e organiza os comitês:

1. Comitê de Risco de Mercado, com finalidade de acompanhar do risco de mercado e os resultados da Tesouraria, e também aprovar os limites;
2. Comitê de Precificação, com finalidade analisar, rever e aprovar a precificação de ativos marcados a mercado (MtM), incluindo a fonte de dados e modelos utilizados de todas as linhas de negócios, além de aprovar os valores de reserva de resultado gerencial.

A gestão de risco de mercado é exercida através do estabelecimento de limites para cada atividade dentro da estratégia global do Conglomerado, sendo que os limites são geridos através dos seguintes procedimentos:

- Propostas e recomendações de novos limites ou enquadramentos dos já existentes;
- Aprovações das propostas nas devidas instâncias de decisões;
- Obediência a estes limites;
- Monitoramento e aplicação de medidas corretivas, se necessário.

Os limites do Conglomerado estão focados no *Value-at-Risk* e organizados ao redor de 2 (dois) indicadores:

1. Quantitativo: inclui o *Value-at-Risk*, cenários específicos de stress-test e indicadores adicionais como, por exemplo, o stop-loss;
2. Qualitativo: complementa o limite quantitativo, especificando com maior precisão a lista de produtos autorizados, as moedas permitidas, o vencimento máximo, mercados autorizados, etc.

O processo de gerenciamento de limite executado pela Área de Risco de Mercado garante que as atividades de negociação sejam proporcionais ao apetite de risco do Banco.

Todas as operações devem estar de acordo com os princípios estabelecidos em seu mandato (conjunto de limites). Cada linha de negócio possui seu próprio mandato que são concebidos para documentar, descrever, monitorar e limitar as atividades de negociação. Em caso de alteração da atividade, o mandato deve ser atualizado prontamente para refletir essa alteração e apresentado durante o Comitê de Risco de Mercado.

Os limites também são estabelecidos por carteira e visam atender aos critérios de carteira de negociação (Trading) e carteira de não negociação (Banking).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Os limites não possuem uma data de validade, porém estão sujeitos a uma revisão anual e devem ser submetidos ao Comitê de Risco de Mercado.

Os resultados apresentados pela mensuração de risco de mercado, a metodologia adotada e as estratégias que as mitigam são monitoradas de forma a garantir que os riscos sejam devidamente conhecidos, avaliados e reportados de forma adequada.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional. Os eventos de risco operacional geralmente estão agrupados dentro de categorias abaixo:

- Fraude interna: ações de caráter doloso de colaborador da instituição ou com a sua participação indireta;
- Fraude externa: ações de caráter doloso praticados por terceiros;
- Recursos Humanos: litígios trabalhistas, segurança deficiente do local de trabalho, medicina do trabalho;
- Relações Comerciais: práticas inadequadas nas relações comerciais com os clientes, oferecimento de produtos e serviços, ou com fornecedores e prestadores de serviços;
- Eventos Externos: danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, ou que acarretem a interrupção das atividades da instituição, ocasionados por desastres naturais ou eventos externos;
- Tecnologia da Informação: falhas em sistemas que acarretem interrupções das atividades ou perdas de dados;
- Execução: falhas na execução, cumprimentos de prazo e gerenciamento nas atividades da instituição;
- Documentação: inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;
- Regulamentação: descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

A Área de Risco Operacional é responsável por:

- Monitorar continuamente os riscos operacionais, através da análise de incidentes operacionais e planos de ação definidos para remediá-los;
- Coordenar o exercício anual de mapeamento dos riscos operacionais e dos controles internos, com participação de todas as linhas de negócio e áreas de suporte;
- Informar a Diretoria sobre a avaliação da gestão de riscos operacionais, disponibilizando uma visão abrangente da instituição, indicando pontos de maior vulnerabilidade, de forma a viabilizar um gerenciamento diferenciado para cada um deles;
- Documentar, organizar e armazenar em sistema corporativo global as perdas associadas ao risco operacional.

A estrutura de controles internos do Conglomerado combina três linhas de defesa:

1ª linha – Linhas de Negócios e Operações:

- 1º grau: geralmente no início de uma operação e durante o processo de validação, realizado pelos próprios operadores no controle dos riscos existentes e potenciais de suas atividades;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- 2º grau nível 1: após a confirmação da operação, por uma pessoa diferente daquela que iniciou a operação.

2ª linha – Riscos e Compliance:

- 2º grau nível 2: supervisão por áreas independentes e especializadas em controles permanentes, assegurando que os riscos operacionais e controles estejam bem gerenciados e que as atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentações.

3ª linha – Auditoria:

- Controles periódicos de todas as atividades.

- **Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Conglomerado, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último, são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

- **Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)**

O risco de taxa de juros na carteira bancária é relacionado a descasamentos em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas nos fluxos de reapreçamento de posições ativas, passivas e exposições não contabilizadas no balanço patrimonial de instrumentos financeiros classificados na carteira bancária das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial.

Os ativos da carteira bancária incluem, mas não estão limitados a operações compromissadas, títulos públicos federais, debêntures, CDCAs, aplicações em cotas de FIDC, operações de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, dentre outros. Os passivos da carteira bancária incluem, entre outros, certificados de depósitos, letras financeiras, operações compromissadas e obrigações por empréstimos e repasses.

O impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira é mensurado em bases mensais seguindo exclusivamente a metodologia padrão definida pelo Banco Central do Brasil de acordo com as abordagens de Valor Econômico (Δ EVE) e de Resultado da Intermediação Financeira (Δ NII).

- **Risco Social, Ambiental e Climático**

O Conglomerado possui diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de seu risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais, ambientais e climáticos na sociedade que possam resultar de operações com seus clientes e fornecedores.

O risco social, ambiental e climático é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes e fornecedores, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas sociais, ambientais e climáticas. Cada operação é analisada

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

pelas Áreas de Negócios em conjunto com as áreas de Risco de Crédito, *Compliance*, Desenvolvimento Sustentável na Matriz CACIB. Os clientes classificados como sensíveis sob a ótica social, ambiental e climática são discutidos em Comitê de Avaliação de Operações na Matriz CACIB.

- **Gerenciamento de Capital**

O Conglomerado mantém Estrutura de Gerenciamento de Capital integrada à Estrutura de Gerenciamento de Riscos, permitindo o monitoramento e o controle do seu Capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição. A avaliação considera as características das operações registradas no balanço da instituição, assim como possíveis impactos relacionados aos objetivos estratégicos, incluindo metas e projeções, assim como a definição das principais fontes de capital.

O gerenciamento de capital compreende:

- Monitoramento e controle permanente do capital da instituição de forma a manter o Patrimônio de Referência, o Nível I e o Capital Principal em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Elaboração de Plano de Capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, considerando ameaças e oportunidades relativas aos ambientes econômico e de negócios, e os objetivos estratégicos nos próximos três anos, revisado anualmente e aprovado pela Diretoria;
- Realização de Teste de Estresse Integrado periódico, através de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, e avaliação dos impactos sobre o Capital;
- Elaboração de Plano de Contingência de Capital, atualizado anualmente e aprovado pela Diretoria, estabelecendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos claramente definidos para fazer frente a eventuais situações adversas. Esse Plano de Contingência prevê como principais fontes de recurso adicional o aumento de capital e a captação junto à Matriz CACIB de instrumentos de dívidas elegíveis ao capital adicional nível II, além de medidas de recuperação como a suspensão de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, a restrição para novos negócios, a redução da exposição ao risco de mercado através da reversão de posições e/ou venda de ativos, a redução da exposição ao risco de crédito através da venda de ativos e/ou com o uso de instrumentos mitigadores.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Os índices de capital foram apurados conforme as Resoluções CMN nº 4.955 de 21 de outubro de 2021. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2024 é de 17,71% (25,74% em 31 de dezembro de 2023) sendo sua apuração demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
PR - Patrimônio de Referência	2.640.857	2.575.918
Capital social e reservas, reavaliações e reservas de lucro	2.606.114	2.548.201
Ajustes de reavaliação patrimonial	54.846	55.153
Ajuste prudencial	(20.103)	(27.436)
Ativos ponderados pelos riscos (RWA)	14.909.201	10.009.382
Risco de crédito (RWACpad)	13.170.496	8.594.138
Privado bancário	4.682.838	3.318.379
Privado não bancário	8.480.893	5.275.759
Público não bancário	6.765	-
Risco de mercado (RWAMpad)	36.696	96.786
Exposição cambial	33.862	88.485
Exposição de juros	2.834	8.301
Risco operacional (RWAOpad)	859.830	676.615
Risco em derivativos (RWACVA)	842.179	641.843
PR mínimo requerido para RWA	1.192.736	800.751
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.448.121	1.775.167
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	79.595	13.743
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.368.526	1.761.424
Adicional de Conservação de Capital	372.730	162.652
Índice de Basileia	17,71%	25,74%
Índice de Basileia amplo	16,86%	25,70%

28. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

ANEXO

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - semestre findo em 31 de dezembro de 2024:

O relatório do Comitê de Auditoria do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. (“Comitê”) aborda as atividades e conclusões do período mencionado. Composto por um membro interno e dois independentes, o Comitê realizou encontros regulares, análises documentais e interações com auditores e especialistas para cumprir suas funções.

Conforme seu regimento interno, o Comitê dentre suas atribuições, avalia a qualidade das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e o Relatório do Conglomerado Prudencial do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e suas investidas, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos. Além disso, o Comitê recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

Durante a análise das demonstrações financeiras e do relatório prudencial, não foram identificadas inconsistências. O Comitê reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação. Os controles internos mostraram-se eficazes, sem deficiências relevantes. A conformidade regulatória foi verificada, com a administração tomando as medidas necessárias.

A Auditoria Interna conduziu diversas auditorias ao longo do período, com destaque para a avaliação do cumprimento de recomendações de melhoria. A Auditoria Externa foi considerada independente e objetiva, sem divergências significativas.

Não foram reportados casos de fraude ou má conduta durante o período analisado, demonstrando a eficácia das políticas de prevenção e detecção.

Por fim, o Comitê de Auditoria concluiu unanimemente que os trabalhos realizados conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras individuais do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e o Relatório do Conglomerado Prudencial do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e suas investidas, recomendando sua aprovação e publicação.

25 de março de 2025

Comitê de Auditoria